MAÍRA CARDOSO ZAPATER

**A constituição do sujeito de Direito 'mulher' no
Direito Internacional dos Direitos Humanos**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor Guilherme Assis de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2016

MAÍRA CARDOSO ZAPATER

A constituição do sujeito de Direito 'mulher' no
Direito Internacional dos Direitos Humanos

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração em Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Doutor Guilherme Assis de Almeida.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Zapater, Maíra Cardoso

A constituição do sujeito de Direito 'mulher' no
Direito Internacional dos Direitos Humanos / Maíra
Cardoso Zapater ; orientador Guilherme Assis de
Almeida -- São Paulo, 2016.

250

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2016.

1. Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2.
Direitos Humanos das Mulheres. 3. Convenção para
Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra
a Mulher. 4. CEDAW. 5. Reservas. I. Almeida,
Guilherme Assis de, orient. II. Título.

ZAPATER, Máira Cardoso. **A constituição do sujeito de Direito 'mulher' no Direito Internacional dos Direitos Humanos.** Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração em Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Doutor Guilherme Assis de Almeida.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico a todas as mulheres que, antes de mim,
abriram os caminhos para eu pudesse estar aqui.

Agradecimentos

Agradeço o apoio financeiro e institucional da FAPESP na etapa inicial desta pesquisa.

Minha gratidão eterna ao meu professor orientador Guilherme Assis de Almeida, por ter acreditado nesta pesquisa desde sua gênese como projeto de dissertação de mestrado e pela proposta de convertê-lo nesta tese de doutorado direto. Agradeço também pelo seu modo de pensar tão liberto da dogmática jurídica e, ao mesmo tempo, tão comprometido com os valores filosóficos mais profundos dos Direitos Humanos, e que espero ter refletido neste trabalho. Pelos muitos livros generosamente compartilhados, pelas muitas oportunidades de parceria de trabalho em aulas, artigos e debates, que só fizeram enriquecer esses cinco anos de percurso acadêmico sob sua orientação. Muito obrigada, Professor!

Consigno meus agradecimentos à professora Flávia Piovesan, pois foi nas suas aulas de graduação que nasceram os primeiros questionamentos que me conduziram à produção desta tese, questionamentos estes que seriam fomentados e amadurecidos durante os cinco anos em que tive oportunidade de ser sua monitora na PUC-SP.

Agradeço à professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer e às tardes de sexta-feira no Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR-FFLCH-USP), que por quatro anos estiveram em minha rotina acadêmica e nas quais tanto aprendi sobre metodologia de pesquisa e, principalmente, a lançar um "olhar de estranhamento" ao Direito. Aliás, foi em um desses encontros que a Helena Manfrinato me mostrou o então desconhecido universo do feminismo islâmico, contribuição fundamental para várias reflexões registradas neste trabalho. Obrigada, Helena!

Quero também expressar minha imensa gratidão à professora Maíra Machado, pelo auxílio fundamental na produção da revisão de literatura, e à Ana Letícia de Fiori, por me proporcionar a alegria de ter este trabalho revisado por uma amiga querida, com tanta atenção e cuidado.

Não poderia faltar um agradecimento muito especial à querida Eloísa Machado, que plantou uma semente importante disso tudo em uma tarde de segunda-feira que tinha tudo para ser banal - e acabou sendo uma das mais importantes de todas (tanto a segunda-feira quanto a semente!).

Agradecimentos também para as queridas parceiras do Núcleo de Pesquisas do IBCcrim: Bruna Angotti, Tatiana Perrone, Maria Rosa Roque, Carmen Fullin, Nara Rivitti, Gorete Marques e Thayná Yaredy, pelos nossos tantos debates sobre as coisas de gênero, sobre o gênero das coisas e tantas outras conversas que serviram pra alimentar essa tese, e, principalmente, a alma nesses anos (às vezes um tantinho árdusos) da pós-graduação.

Agradecimentos para a muito amada Natália Sanzovo, pela parceria nas salas de aula, pelas tantas trocas ao longo da elaboração dessa pesquisa, pela amizade que surgiu no primeiro “boa tarde”, e pela nossa conversa que começou na sequência e não acabou nunca mais.

São muitos os amigos e amigas a quem caberia um agradecimento pelo apoio. Deixo registrado no nome das irmãs que a vida bota na vida da gente: Claudia Cometti, Paula Indalecio e Tatiana Agopian, obrigada pela paciência a cada vez que vocês ouviram como resposta “tou escrevendo a tese...” a cada convite que recusei.

Obrigada ao Marcos Zapater, Tiago Zapater e Vanessa Vaitekunas Zapater (irmã de papel passado!), pela interlocução (nem sempre) voluntária e (mas sempre) generosa em tantos almoços de domingo, em que o tema desta tese rondou a mesa.

Muito obrigada aos meus pais, Sérgio Romeu Zapater (*in memoriam*) e Elizabeth Zapater, por terem nos ensinado que aprender coisas novas é muito divertido (levei tão a sério que fiz da pesquisa meu meio de vida).

E, last but not least, minha gratidão e todo amor do mundo ao Marcos Lamego, ao meu lado desde, literalmente, o primeiríssimo dia dessa loucura que é escrever uma tese, e que, desde então, não passou um único dia sem me ouvir a respeito com todo interesse e admiração, e que espero conseguir retribuir na mesma intensidade.

- Tudo coberto, exceto seus olhos. Que cultura machista cruel!
- Nada coberto, exceto seus olhos. Que cultura machista cruel!

EVANS, Malcolm. **Cruel Culture**. Cartoon. 06 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.evanscartoons.com/image.php?id=1294733061>. Acesso em 14 de dezembro de 2016.

Resumo

ZAPATER, Máira Cardoso. **A constituição do sujeito de Direito 'mulher' no Direito Internacional dos Direitos Humanos.** Tese (Doutorado), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente trabalho tem por objetivo empreender investigação a respeito da constituição do sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos, tendo por fio condutor a seguinte pergunta central: por que, mesmo passadas tantas décadas, demandas e atuações dos movimentos feministas, que redundaram na formação de instituições nacionais e internacionais, persistem assimetrias entre os gêneros nas mais diversas esferas sociais?

A pesquisa foi desenvolvida por meio do exame da gênese das instituições e normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos referentes aos Direitos Humanos das Mulheres. Foi realizada a análise crítica do texto da Convenção da Mulher, além do mapeamento quantitativo das reservas apresentadas em face do tratado, e da análise qualitativa das reservas apresentadas ao artigo 2º - que estabelece os objetivos da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e não poderia ser objeto de reservas, embora isso tenha ocorrido - e ao artigo 16, que trata da igualdade entre mulheres e homens no casamento e é o artigo que mais recebeu reservas. O estudo empírico das fontes documentais foi alicerçado teoricamente no campo da filosofia do Direito, articulando os pensamentos de Axel Honneth, Michel Foucault e Judith Butler, discutindo principalmente o papel do Direito enquanto agente de transformação social: qual o seu potencial e quais os seus limites?

Nas considerações finais, são expostos os argumentos que buscam explicar as lacunas no processo de constituição do sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos, e propostas para emancipação desse sujeito em outros campos além do jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: CEDAW; Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Direitos Humanos das Mulheres; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Reservas.

Abstract

ZAPATER, Maíra Cardoso. **The constitution of the subject of law ‘woman’ in the International Law of Human Rights.** Thesis (Doctorate). Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This work aims to investigate the constitution of the subject of law woman in the International Law of Human Rights, following this central query: Why, even after so many decades, claims and actions of the feminist movements, which result in the creation of national and international institutions, there are persistent asymmetries between genders in an array of social spheres?

The research was carried out by the examination of the genesis of International Law of Human Rights institutions and rules. The thesis critically analyses the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW) and presents a quantitative charting of the reserves to the Article 2 – which establishes the purposes of The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women and shouldn’t be subject of reserves, although it has happened –, and to the article 16, which addresses the equality between women and men in marriage and it is the article subject to most reserves. The empirical study of the documental sources was theoretically grounded in the field of the Philosophy of Law, articulating the reflections of Axel Honneth, Michel Foucault and Judith Butler. The focus of the debate is the role of the Law as a social transformative agent: what is its potential and what are its limits?

The final consideration shows the arguments that explain the gaps in the process of the constitution of the subject of law *woman* in the International Law of Human Rights, and presents some propositions to the emancipation of this subject in other fields beyond the juridical.

PALAVRAS-CHAVE: CEDAW; Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women; Women Human Rights, International Law of Human Rights; Reserves.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
Revisão da literatura acadêmica sobre a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher no âmbito jurídico	20
1) Trabalhos selecionados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	22
2) Trabalhos selecionados na Scientific Electronic Library Online (SciELO) ..	24
2.1) Trabalhos específicos problematizando o texto da CEDAW e/ou sua produção institucional e/ou construção das instituições	25
2.2) Trabalhos mapeando e analisando regime de reservas ou as reservas em si	26
3) Trabalhos selecionados na Heinonline	27
3.1) Palavra-chave: CEDAW	27
3.2) Palavras-chave: CEDAW - reservation	32
3.3) Palavras-chave: united nation women	33
Considerações	34
Capítulo 1 - Abordagem histórica.....	36
1.1 Pessoa: a formação de uma categoria política	36
1.1.1 O impacto cultural da gênese da categoria <i>pessoa</i>	39
1.1.2 A <i>pessoa</i> definida pela Ciência: o novo repositório da Verdade	42
1.1.3 O impacto do cristianismo na formação do conceito de <i>pessoa</i> : a dimensão transcendente foi realmente extinta?.....	46
1.1.4 As revoluções liberais e o sujeito de Direito: o impacto político da gênese do conceito de <i>pessoa</i>	48
1.2 “Mulher-pessoa” e “mulher-sujeito”	53
1.2.1. <i>Homem-pessoa, mulher-personagem</i> : o impacto da mitologia cristã católica na exclusão da mulher quanto ao seu reconhecimento como pessoa ...	54
1.2.2. A Ciência Médica e o sexo inventado das mulheres	57
1.2.3. De soberanas do reino a rainhas do lar: o surgimento da família burguesa e o desaparecimento do poder político das mulheres	60
1.2.4. <i>Mulher-sujeito</i> : um breve levantamento da história dos Direitos Humanos das mulheres e sua relação com a 2ª onda feminista	65
Capítulo 2 - O sujeito e o Direito: uma abordagem teórica	72
2.1. Axel Honneth e o Direito como instrumento de reconhecimento do sujeito..	73
2.2. Michel Foucault e o Direito como discurso constituidor do sujeito	80
2.3. Judith Butler e os problemas da essencialização do sujeito de Direito como estratégia de militância.	83
Capítulo 3 - A constituição do sujeito de Direito <i>mulher</i> no Direito Internacional dos Direitos Humanos	90
3.1. Direitos Humanos das Mulheres: a gênese institucional	91

3.1.1. Contextos e discursos: compreendendo o mundo em que foram produzidas as normas internacionais dos direitos humanos das mulheres	94
3.2. Os instrumentos normativos internacionais dos direitos humanos das mulheres e seus discursos	127
3.2.1. As formas de vinculação dos Estados-partes e o sistema de reservas da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	128
3.2.2. A mulher-convencional construída pelo reconhecimento de direitos “universais” e padrão hegemônico de gênero: uma análise crítica do texto da Convenção da Mulher	133
3.2.3. As reservas à Convenção: mapeamento quantitativo dos países	151
3.2.4. As reservas à Convenção: mapeamento quantitativo dos artigos	158
3.2.5. Qual o impacto das reservas no Índice de Desigualdade de Gênero e no ordenamento jurídico doméstico dos países que as apresentam?	159
3.2.6. As reservas aos artigos 2º e 16: uma análise qualitativa.....	163
Capítulo 4. <i>Mulher</i> : nem <i>sujeito</i> para o Direito, nem <i>pessoa</i> nas relações intersubjetivas	175
4.1. A construção institucional do sujeito de Direito <i>mulher</i> e os Direitos Humanos das Mulheres como capital moral justificador do discurso do desenvolvimento econômico	177
4.2. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: instrumento de reconhecimento ou mecanismo de controle?	180
4.3. A constituição do sujeito de Direito <i>mulher</i> à luz do arcabouço teórico	186
4.3.1. A constituição do sujeito de Direito <i>mulher</i> sob a perspectiva de Axel Honneth.....	187
4.3.2. A constituição do sujeito de Direito <i>mulher</i> sob a perspectiva de Michel Foucault	191
4.3.3. A constituição do sujeito de Direito <i>mulher</i> sob a perspectiva de Judith Butler	194
4.3.4. Uma proposta de articulação das três perspectivas teóricas	195
Considerações finais: A ilusão de “liberdade” do Ocidente e a demanda paradoxal dos movimentos sociais pelo controle por uma norma libertadora	199
“Consumo, logo existo”: o reconhecimento como consumidora/mão-de-obra pode ser emancipatório?	204
Referências bibliográficas.....	211
Documentos utilizados	219
Sites acessados	222
Anexo 1	226
Anexo 2.....	227

INTRODUÇÃO

Sou nascida no dia 09 de março de 1978. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (doravante chamada de Convenção da Mulher, em nome da fluidez da leitura, ou pela sigla CEDAW), ponto de partida desta tese, foi aberta para assinatura em 18 de dezembro de 1979.

Significa dizer que a Convenção e eu temos praticamente o mesmo tempo de existência: o mundo em que têm vivido as mulheres após sua adoção é exatamente o mundo em que eu tenho vivido. É, portanto, um trabalho de pesquisa que sobrepõe e mistura investigação de documentos e análise teórica à observação do mundo que passa a existir a partir do reconhecimento da mulher como sujeito de Direito no Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Quando iniciei a investigação, minha proposta consistia em mapear e analisar as reservas feitas à Convenção pelos Estados-membros: tratava-se de curiosidade cuja gênese remontava aos meus anos na graduação em Direito. Afinal, se quase a totalidade de países da ONU assinava e ratificava a Convenção da Mulher, o que motivava esses mesmos países a recusarem passagens estruturantes do documento? À época, não tinha dúvidas de que o grande entrave ao reconhecimento das mulheres como sujeitos de Direito plenos no campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos se encontrava ali, naquelas recusas a artigos que não poderiam ser objeto de reserva, naquele paradoxo insuperável que parecia permitir que, ao mesmo tempo, um país reconhecesse existir - e condenar - discriminação contra as mulheres ao mesmo tempo em que se recusava a obrigar-se juridicamente a combater essa mesma discriminação.

No entanto, as reflexões empreendidas durante o avanço da pesquisa levaram-me a formular uma hipótese distinta da inicial: para considerar que as reservas fossem um obstáculo ao reconhecimento das mulheres como sujeito de Direito, era preciso pressupor que o texto da Convenção da Mulher seria um documento adequado para tal finalidade. E então uma nova pergunta surgiu: como se deu o processo de constituição do sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos, para que houvesse tanta disputa e tão pouco consenso a respeito? E por que, mesmo após tanta construção institucional e normativa, o sistema ONU permanece a constatar que o

gênero é um marcador social da diferença no qual as mulheres são desfavorecidas? Em que pontos a estrutura institucional e normativa vem falhando em seu projeto de emancipar as mulheres?

A pesquisa se desenvolveu no campo da filosofia do Direito, em razão dos autores adotados como pilares teóricos - Axel Honneth, Michel Foucault e Judith Butler - mas com uma aproximação da linha da teoria crítica, por meio de uma abordagem empírica: proponho observar uma determinada realidade histórica para traçar um diagnóstico de um fenômeno sociocultural, fazendo uso das ferramentas intelectuais da Filosofia do Direito. Procuro mostrar a pretensão de incursão no campo da teoria crítica por meio do diagnóstico da situação da mulher como sujeito de Direito na contemporaneidade, seus obstáculos e potencialidades para emancipação, discutindo principalmente o papel do Direito enquanto agente de transformação social: qual o seu potencial e quais os seus limites?

Para elaborar esse diagnóstico, identifiquei o seguinte processo histórico a ser problematizado: a partir dos movimentos feministas (em especial os de 2ª onda), emerge uma percepção social de situação de injustiça decorrente do fato de mulheres não serem titulares dos mesmos direitos que os homens. Assim, os referidos movimentos empreenderão lutas sociais por estes direitos, que, por sua vez, serão reconhecidos e positivados por meio de determinado discurso na Convenção da Mulher. Diante desse cenário, pergunta-se: qual era a emancipação buscada pelo movimento feminista de 2ª geração daqueles anos 1970? Quais mulheres essas demandas representavam?

O diagnóstico histórico mostrou ser útil alocar a própria Convenção e o ambiente político e cultural de sua elaboração como objeto de pesquisa, além das reservas. Ainda assim, as reservas trouxeram muito material para reflexão. Escolhi para a abordagem qualitativa as reservas apresentadas ao artigo 2º - que estabelece os objetivos da Convenção da Mulher e não poderia ser objeto de reservas, embora isso tenha ocorrido - e ao artigo 16, que trata da igualdade entre mulheres e homens no casamento e é o artigo que mais recebeu reservas¹. Vale notar que o casamento é um dos principais exemplos de regulação da vida privada (e do regime sexual) pelo Estado, e por isso causa espécie que seja justamente esse o âmbito onde o

¹ Exceção feita ao artigo 29, que é o mais reservado mas que trata da submissão de conflito à jurisdição internacional, e não do conteúdo da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em si.

reconhecimento de direitos das mulheres encontra mais obstáculos. As reservas selecionadas parecem mostrar que é na regulação da vida privada pelo Estado que mais se manifestam as profundas (e talvez inconciliáveis) diferenças culturais existentes entre os países que compõem a ONU.

Além do próprio conteúdo da Convenção, o contexto histórico, político e cultural de sua formulação trouxe muitos elementos para reflexão: a estrutura institucional da ONU destinada a assegurar os direitos das mulheres guarda características relacionadas à mobilização de valores culturais (ou mesmo morais) para justificar e legitimar o reconhecimento de direitos. O 1º órgão a ser fundado com tal finalidade foi a *Comission on Status of Women*, que nesse momento inicial defendia, principalmente, que o avanço das mulheres era uma medida necessária para promoção da paz e reconstrução do mundo após a guerra. Posteriormente, o processo de descolonização da África emerge como fator na construção do sujeito de Direito mulher na medida em que esse período (anos 1960 até final da década de 1970) coincidiu com o dos movimentos feministas de 2ª geração e com a mobilização do Direito Internacional dos Direitos Humanos para elaboração de uma carta de direitos das mulheres. Esses dois fatores se tangenciam porque a Convenção da Mulher é elaborada ao mesmo tempo em que os países da África ingressavam na ONU e aderiam ao pacto, elaborado sem a participação plena desses Estados. Há que se levar em conta que fazia parte do processo de descolonização a adoção de um posicionamento político que demonstrasse interesse e capacidade de participar de uma comunidade internacional hegemônica como a ONU, mesmo em países de culturas tão diversas entre si. Ou seja: a elaboração e adoção da Convenção da Mulher foi afetada por uma série de fatores políticos e históricos não relacionados com as demandas postas pelos movimentos feministas.

É também nesse cenário que o conceito de “países de Terceiro Mundo” é formulado e a pobreza passa a ser vista como uma questão a ser tratada politicamente. A partir de então, a emancipação das mulheres passa a ser defendida como uma medida imprescindível para o desenvolvimento econômico: novamente, não é uma finalidade em si mesma, mas sim um passo necessário para que as nações subdesenvolvidas se desenvolvam.

A retórica que associa direitos humanos das mulheres ao desenvolvimento econômico ganha novas cores no final do século XX, quando passa a ser associado à expressão *empoderamento*, processo que ganha ênfase a partir da gestão de Ban-Ki-

Moon como Secretário Geral da ONU (função desempenhada por ele desde 2007 até o presente²) juntamente com o objetivo do “*mainstreaming*” da questão de gênero.

Outro ponto a destacar nessa construção na virada do milênio foi a criação da ONU Mulheres, que se espalha como uma marca pelos países pobres, com intensa utilização da comunicação *online* e de personalidades famosas oriundas da indústria do entretenimento e do esporte mundial como garotas e garotos-propaganda. Procurei analisar em que medida se relacionam esses valores culturais disseminados no início do século XXI com o novo sentido do discurso econômico contemporâneo, que já não mais se pretende desenvolver os países pobres para melhorar as condições de vida das mulheres, mas sim empoderar as mulheres economicamente para que as nações possam ser prósperas.

A tese está dividida em quatro capítulos, além de uma revisão da literatura.

No Capítulo 1 fiz uma abordagem histórica do tema, tendo como ponto central a análise da formação das noções de pessoa e de sujeito. Essa problematização é indispensável por serem tais noções elementos centrais das declarações internacionais de direitos. Feita essa retomada, foi analisada a construção dos conceitos de “mulher-pessoa” e “mulher-sujeito” nas conjunturas dos feminismos de 1ª onda (final do século XIX e início do século XX) e de 2ª onda (décadas de 1960 e 1970), retomando os momentos históricos de reconhecimento dos direitos humanos de 1ª e de 2ª geração das mulheres. Também foram considerados documentos que tenham demandado o reconhecimento de mulheres como pessoas e sujeitos de Direito em períodos anteriores aos movimentos organizados de mulheres. Ainda nesse capítulo, discorri a respeito da História das teorias de gênero e de suas várias formulações que descrevem as percepções das diferenças existentes entre homens e mulheres, e como estas foram usadas como fundamento para o estabelecimento de desigualdades sociais e jurídicas. Referidas desigualdades atuarão como mola propulsora de movimentos sociais demandantes de reconhecimento, especialmente por meio do Direito, que é o instrumento capaz de reconhecer institucionalmente o indivíduo como sujeito. Por essa razão é frequente movimentos sociais terem por objetivo de militância causar um impacto legal, que terá como efeito principal a criação institucional do sujeito de Direito. No caso do movimento feminista de 2ª geração, um dos principais impactos legais em âmbito mundial foi a adoção da

² Este texto é finalizado em dezembro de 2016. A respeito do Secretariado da ONU sob a gestão de Ban Ki Moon, consultar <https://nacoesunidas.org/o-secretario-geral/>. Acesso em dezembro de 2016.

Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

No Capítulo 2 é apresentado o arcabouço teórico do trabalho, construído a partir da articulação dos pensamentos de três autores centrais: Axel Honneth, Michel Foucault e Judith Butler. Axel Honneth trabalha com a ideia da luta social por reconhecimento na alteridade, e que pode se dar em três vetores: na esfera da estima social, na esfera da família e na esfera do Direito. A estima social será responsável por desenvolver a autoestima, enquanto que o amor em família possibilitará o desenvolvimento da autoconfiança. O reconhecimento da pessoa como sujeito de Direito pelas instituições produzirá no indivíduo, por sua vez, o autorrespeito. Note-se que as relações entre essas esferas representam, na verdade, a articulação dos espaços privados e públicos: na medida em que o indivíduo desenvolve autoconfiança e autoestima em decorrência de sua valorização como pessoa nas suas relações privadas, potencializam-se as possibilidades de desenvolver um sentimento de empoderamento perante as instituições às quais poderá demandar modificações quanto ao seu reconhecimento enquanto sujeito de Direito.

Já o pensamento de Michel Foucault permite analisar as relações existentes entre aparato jurídico-normativo e sujeito de Direito. Para Foucault, o sujeito não é um dado, mas um construído por formações discursivas, a partir de sua subsunção a práticas concomitantes de objetivação (que tendem a fazer do homem um objeto e é o que Foucault denominará *práticas disciplinares*) e de subjetivação (que são aquelas forjadoras da identidade). Tais práticas transformam o indivíduo em um ser preso a uma identidade que lhe é atribuída por meio dos processos de subjetivação que, somados aos processos de objetivação, constroem o indivíduo moderno: a um só tempo, um objeto dócil e útil, e um sujeito construído pelas práticas discursivas hegemônicas.

Judith Butler, por sua vez, é uma das principais representantes de autoras e autores que, a partir da década de 1990, passam a questionar as conquistas e insucessos do feminismo das duas décadas anteriores, analisando criticamente as estratégias do movimento e suas implicações, e mais especificamente como o discurso do feminismo, particularmente o jurídico – esfera onde se inclui a Convenção da Mulher – produz o sujeito *mulher*. A autora trabalha com a desconstrução do conceito de gênero (base da teoria feminista), e problematiza a presunção da teoria feminista de conferir uma identidade definida e única às mulheres, questionando se, de fato, a formulação de um

conceito fechado de gênero é imprescindível à militância feminista. Para ela, há pouca concordância sobre o que é *ser mulher*, e, dessa forma, não seria possível constituir um sujeito que abranja tantas subjetividades, construídas por tantas vozes diferentes. As ideias de Butler e de Foucault confluem para desconstruir o recorrente conceito de “sociedade patriarcal” que, sendo fundado em uma ideia binária de gênero e de uma relação de poder marcada por dominantes/dominados, mostra-se insuficiente para explicar as assimetrias de poder entre homens e mulheres na pós-modernidade. A essa discussão, será contraposto o pensamento de Axel Honneth a respeito do Direito como instrumento de reconhecimento de sujeitos.

No Capítulo 3 passo a explorar o objeto de investigação propriamente dito, que é a constituição do sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Primeiro apresento o estudo da formação histórica das instituições internacionais do sistema ONU voltadas aos direitos das mulheres, pois essa trajetória indica o contexto político de produção das normas relativas a tais direitos, sendo possível identificar a formação de discursos legitimadores da produção das normas e a mobilização de categorias como “avanço das mulheres”, “empoderamento” e “*mainstreaming gender*” (esta última, principalmente no final do século XX). No mesmo capítulo, na sequência da descrição da formação histórica dos organismos internacionais voltados à proteção dos direitos das mulheres, passo à abordagem investigativa - analítica, que consiste em uma leitura crítica do próprio texto Convenção e das Resoluções do Comitê CEDAW³, com o fito de verificar a adequação deste documento como instrumento de promoção de relações igualitárias entre homens e mulheres. O estudo terá por fio condutor a identificação do sujeito de Direito da Convenção, denominado aqui “mulher-convencional”: o que é “ser mulher” para a ONU? Para se estabelecer o consenso necessário à elaboração do documento – e as regras jurídicas daí decorrentes – entre realidades socioculturais tão diversas, foi preciso estabelecer um padrão para constituir a “mulher-convencional” (no sentido correspondente à “mulher da Convenção da ONU”) cujos direitos devem ser assegurados e protegidos, e é importante questionar como esse padrão é incorporado às realidades institucionais dos Estados-Partes. Esse modelo padronizado de mulher sujeito de Direito deve ser problematizado a partir da seguinte pergunta: o sujeito de Direito abstrato do texto reflete como as mulheres são naquele momento social,

³ Comitê criado para fiscalizar a aplicação das normas da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

histórico e cultural, ou como se pretende que elas sejam? Em outras palavras, a “mulher-convencional” representa o *ser* ou o *dever-ser*?

Em uma segunda etapa, abordo a questão das reservas à Convenção tanto sob uma abordagem quantitativa quanto qualitativa, elaborando um mapeamento para identificar quantos e quais são os países que apresentam reservas à Convenção, e quais as cláusulas mais frequentemente rejeitadas pelos Estados-partes. A etapa de análise qualitativa das reservas se desdobra em duas partes: primeiro, uma problematização das próprias reservas, guiada pelos seguintes questionamentos: o que as reservas revelam sobre a ONU? Seriam elas uma “medida democrática”, uma espécie de elastecimento com vistas a assegurar algum âmbito de exercício de particularidades culturais dentro de uma hegemonia universalizante? O que as reservas revelam sobre seus respectivos países? Em seguida, faço uma análise qualitativa das reservas feitas ao artigo 2º, que não poderia admitir reservas, e ao artigo 16, que trata dos direitos da mulher no casamento e na família, por serem estas as cláusulas mais recusadas, comparando-se os motivos apresentados pelos países que formularam as recusas, e procurando descobrir se existem ou não similitudes nesses fundamentos.

A problematização da investigação está alicerçada em um debate acerca do universalismo (adotado pela ONU, que deve ser analisado sob o enfoque do Direito como forma de reconhecimento, e como isso se dá em uma estrutura de valores pretensamente universais) e do relativismo cultural de forma relacionada com os Direitos Humanos. Por isso mesmo, as discussões exploradas neste capítulo também procurarão problematizar a variabilidade do conceito de “ser mulher” nas culturas existentes, e como isso impacta o Direito, pois o “ser mulher” da ONU pode não fazer sentido para todos os países signatários da Convenção. As problematizações aqui postas serão ilustradas com situações que relacionem os Direitos Humanos com culturas classificadas como não-Ocidentais. Como, por exemplo, a cultura da religião islâmica, frequentemente associada com bastante imediatidade pelo senso comum à discriminação contra mulheres, mas que atualmente conta com correntes de feminismo islâmico, nas quais se defendem propostas de emancipação na religião.

No Capítulo 4, aplico o arcabouço teórico construído no Capítulo 2 com o objetivo de analisar as trajetórias históricas narradas no Capítulo 1 e os dados colhidos na abordagem investigativa (Capítulo 3) no que diz respeito à constituição do sujeito de Direito *mulher* à luz das referidas teorias.

Por fim, exponho minhas reflexões a respeito do material coletado, sistematizado e analisado, na tentativa de responder qual é o sujeito de *Direito* mulher construído pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, ou de, ao menos, oferecer novas perguntas para iluminar esses questionamentos. São as considerações finais desta tese, mas que, espera-se, possam ser um primeiro passo para uma próxima investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ILUSÃO DE “LIBERDADE” DO OCIDENTE E A DEMANDA PARADOXAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELO CONTROLE POR UMA NORMA LIBERTADORA

Ao empreender a investigação a respeito da constituição do sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos, procurei satisfazer a seguinte inquietação: por que, mesmo passadas tantas décadas, demandas e atuações dos movimentos feministas, que redundaram na formação de instituições nacionais e internacionais, persistem assimetrias entre os gêneros nas mais diversas esferas sociais?

O levantamento histórico desse decurso indicou caminhos para algumas respostas possíveis: o reconhecimento da mulher como pessoa encontra lacunas por ter se dado não como indivíduo em si mesma considerada, mas sim de forma relacional, ou seja, um ser cuja existência só ganha sentido quando pensada em relação a outros papéis sociais (a mulher não seria uma pessoa, mas sim uma *mãe* em relação ao *filho*, uma *esposa* em relação a um *marido*, uma *filha* em relação a um *pai*). Essa ideia apresenta raízes culturais tão profundas (inclusive na pretensão do indivíduo abstrato do Ocidente) que até hoje seus vestígios são perceptíveis nos mais variados produtos culturais, pois desde textos jurídicos até obras de ficção indicam papéis femininos pré-estabelecidos, a julgar, por exemplo, pela recorrente representação do casamento como um desejo e um objetivo essencial de toda e qualquer mulher, assim como a maternidade. O início do processo de reconhecimento como sujeito, por sua vez, demandado desde o movimento sufragista do final do século XIX, dependeu da mobilização de todo um arcabouço argumentativo apto a demonstrar (não sem ter encontrado muita resistência até meados do século XX, quando alguns países ainda negavam o direito a voto a suas mulheres) de que dito "sexo biológico feminino" não condicionava a (ir)racionalidade, não existindo qualquer impedimento inato para que as mulheres participassem da vida política. Significa dizer que o reconhecimento da mulher como sujeito de Direito sempre foi um processo trespassado pela necessidade de demonstrar aos poderes hegemônicos que mulheres são seres humanos e, como tais, dotados de razão - exigência da Modernidade para o reconhecimento como sujeito.

Em relação a como se deu esse processo no sistema ONU - objeto central de análise desta tese -, os dados levantados e sistematizados conduziram à conclusão de

que as macro-políticas empreendidas por seus organismos jamais tiveram a emancipação feminina como um fim em si mesmo, fazendo com que o reconhecimento do sujeito de Direito *mulher* via ONU tenha se pautado por objetivos diversos. Foram muitos os argumentos utilitários apresentados no decorrer do século XX, como a reconstrução do mundo após a guerra, a cooperação para a paz, o combate ao apartheid e ao colonialismo, até se chegar ao formato atual do início do século XXI, que equipara igualdade de direitos entre os gêneros à igualdade econômica entre mulheres e homens. O discurso do desenvolvimento econômico das nações por meio do empoderamento econômico individual das mulheres será forjado já a partir dos anos 1970 quando a feminilização da pobreza é alçada ao posto de denominador comum para formar uma nova *womanhood*. A bandeira da “igualdade, liberdade e fraternidade” constante das primeiras declarações se metamorfoseia em um novo lema: “igualdade, desenvolvimento e paz”, três elementos apresentados de forma vinculada, em uma releitura da interdependência dos direitos humanos, agora vinculados ao direcionamento do mercado.

Além disso, associar igualdade de gênero à igualdade econômica entre homens e mulheres permite criar uma medida dos avanços, o que também terá forte potencial de mobilização política. Se o sujeito do feminismo de 2ª geração é limitado e não contempla toda a fluidez do conceito elaborado por Butler - o que impede a verificação dos avanços propostos no campo da igualdade - o compromisso do desenvolvimento e empoderamento econômico pode ser medido.

Vale lembrar, ainda, que a minoria política composta pelas mulheres tem a peculiaridade de corresponder a 50% da população mundial. O que isso representa em um sistema como o capitalista em que é preciso produzir e consumir para ser pessoa e sujeito de Direito? A noção da relevância desse ponto é explícita no trecho do Relatório da Conferência de Copenhague (1980) abaixo transcrito:

Os efeitos desse processo cumulativo de discriminação a longo prazo foi acentuado pelo subdesenvolvimento e está impressionantemente presente no perfil mundial das mulheres: mesmo representando 50% da população adulta do mundo e um terço da força de trabalho oficial, elas perfazem aproximadamente dois terços de horas de trabalho, recebem apenas um décimo da renda mundial e menos de 1% possuem propriedades.²¹⁸

²¹⁸ A Conferência de Copenhague foi a segunda conferência mundial da ONU sobre os direitos das mulheres, conforme exposto no Capítulo 3 desta tese, onde esse excerto também está transcrito também, incluindo o texto original em inglês em nota.

Significa, portanto, que as mulheres correspondem a mercado consumidor e a força de trabalho que estão sendo desperdiçados. Afirmar sua capacidade laboral e fomentar seu poder de consumo é construir uma subjetividade útil ao poder econômico hegemônico.

Tem-se, portanto, que o poder que constrói o sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos contemporaneamente é o poder econômico, talvez mais do que o poder político emanado do Estado, cuja soberania foi enfraquecida tanto pela existência de instâncias internacionais desenvolvidas exatamente com essa finalidade no processo de internacionalização dos Direitos Humanos quanto pelo fortalecimento do mercado de bens de consumo, o que fica demonstrado pela participação expressa da iniciativa privada e de grandes empresas como financiadores importantes da UNW²¹⁹, por exemplo. Tanto é assim que hoje empresas são vistas como espaços de implementação de Direitos Humanos, sendo-lhes facultado, inclusive, a assinatura de documentos, como os Princípios de Empoderamento das Mulheres estabelecido pela UNW para garantir "o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável".²²⁰

Há, ainda, outros pontos a levantar para além da questão econômica: o reconhecimento que poderia ter sido trazido pela norma jurídica representada pela Convenção acabou instrumentalizado para fins políticos, pois, como visto, a produção e entrada em vigor da CEDAW são concomitantes a um período de importantes transformações políticas decorrentes do processo de descolonização dos países de África e Ásia, que trarão novos integrantes para a ONU. A adesão a partir da descolonização nos anos 1970 se dá com países que estão se fortalecendo eles próprios com narrativas de identidade nacional, ao mesmo tempo em que ingressam na ONU como forma de participar da comunidade política internacional hegemônica. Já nos anos 1990 e 2000, em um cenário internacional de recrudescimento de conflitos

²¹⁹ As fontes de financiamento da *UM Women* são compostas por contribuições voluntárias, mais o orçamento regular da ONU, com autonomia financeira (mas com regras compatíveis com as demais agências da ONU). Em 2008, os fundos disponíveis para igualdade de gênero compunham-se de U\$ 6.2 milhões do orçamento regular e U\$ 218,5 milhões de contribuições voluntárias. O financiamento inicial necessário para fundar a agência, calculado em 2010, era de aproximadamente U\$ 500 milhões (conforme relatório do Secretário-Geral em 06/01/2010 - A/64/588).

²²⁰ Já mencionado no Capítulo 3. Documento em português disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/> . Acesso em dezembro de 2016.

bélicos na região com potências como os Estados Unidos da América, concomitante a um processo de estigmatização da religião muçulmana (que passará a ser associada à prática do terrorismo), a entrada de Estados do Oriente Médio no tratado será caracterizada pela colocação de reservas que delimitam valores culturais referentes a como se vive a vida privada nesses países, cujos líderes manifestam não estar dispostos a ceder para participar da comunidade internacional.

Dessa forma, as reservas à Convenção, frequente objeto de crítica, não se mostraram, ao menos no aporte de dados sistematizados neste trabalho, como um entrave real à redução da desigualdade de gênero e ao pleno reconhecimento das mulheres como sujeitos de Direito. Assim como ocorre com as ratificações, adesões e sucessões pelas quais os países se tornaram Estados-partes da CEDAW, o mapeamento das reservas também parece indicar mais um cenário de alinhamentos políticos do que realmente uma resistência à implementação de políticas públicas internacionais para emancipação das mulheres. Esse argumento ganha força com exemplos como o caso da Palestina, que vem empreendendo esforços por meio de movimentos sociais como a Organização pela Libertação da Palestina para ver-se reconhecido como Estado pela comunidade internacional, e que adere integralmente à CEDAW em 2014, não obstante sua população seja de maioria muçulmana.

Ou seja, a entrada dos países na CEDAW parece corresponder mais a um propósito de estabelecer como serão negociados os laços políticos e culturais com uma ordem internacional hegemônica do que a uma preocupação real com a emancipação de mulheres. Por isso a CEDAW não é um instrumento de reconhecimento real. Um exemplo que ilustra essa instrumentalização é o discurso do representante do Secretariado-Geral da ONU na abertura da conferência de Beijing (1995), quando se exalta o fato de a China ser membro permanente do Conselho de Segurança, e em uma época em que a China se abria para o “capitalismo de Estado”:

É tão adequado e significativo que a China seja o anfitrião desta histórica Conferência global. A China é, claro, um membro permanente do Conselho de Segurança. A China participa, portanto, no trabalho das Nações Unidas para a manutenção da paz e segurança internacionais. Por nos acolher aqui, esta semana, a China deixa clara sua intenção de desempenhar plenamente o seu papel na comunidade internacional, em toda a gama do seu trabalho mais importante. Vejo nesta Conferência, portanto, como cimentar uma nova era na relação entre a China e as Nações Unidas.²²¹

²²¹ Esse excerto está transcrito também no capítulo III desta tese, onde se encontra o texto original em inglês em nota.

Nos limites da abordagem teórica proposta neste trabalho, Michel Foucault e Judith Butler são os autores que mais adequadamente explicam como o sujeito de Direito *mulher* se constituiu no Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois na linha argumentativa por eles adotada, o Direito não possui potencial emancipatório, uma vez que é produzido pelos “donos do poder”. Quando um movimento social coloca sua demanda por reconhecimento na área do Direito está, na verdade, a demandar por mais controle, e é importante lembrar que os mecanismos de controle são definidos pelos controladores, e não pelos controlados.

Os macro-processos políticos dependem de muitas engrenagens de poder para funcionar. Sem dúvida, tais processos manifestam mudanças culturais ocorridas, pois não se trata de elementos totalmente dissociados um do outro. Talvez houvesse, por exemplo, representantes de ONGs nas conferências mundiais das mulheres que estivessem individualmente motivadas pela “causa das mulheres” (e nada impede que o próprio Ban Ki Moon esteja sincera e pessoalmente comprometido com essa causa em sua gestão como Secretário-Geral da ONU). Mas conseguir a inserção de um espaço de fala em uma arena como a Conferência de Beijing, por exemplo, precisa mobilizar muitos outros interesses diversos daqueles oficialmente defendidos.

Situações dessa natureza reforçam cada vez mais o discurso segundo o qual a importância de emancipar as mulheres residiria no fato de que, sem isso, não há desenvolvimento econômico possível nas nações. Como o objetivo real daqueles que estão no controle das engrenagens não é melhorar a condição de vida das mulheres, mas sim apenas um pretexto para demonstrar posicionamentos em relação às potências hegemônicas ou assegurar investimentos para desenvolvimento econômico, a CEDAW não parece ser um fator de diferença nas medidas internas aqui escolhidas como indicadoras do reconhecimento da *mulher* como sujeito de Direito (o IDG do PNUD e pontos específicos do ordenamento jurídico doméstico). Talvez por isso, mesmo com tantas organizações internacionais e tratados, a própria ONU ainda reconheça desafios à implementação da igualdade de gênero, e, com isso, já se explica boa parte da baixa efetividade da CEDAW: os Estados-partes da CEDAW, de um lado, não tem o mesmo poder que empresas transnacionais para estabelecer quem vai ser reconhecido como consumidor ou como vão se orientar as políticas de desenvolvimento e empoderamento econômico. De outro, contraíram obrigações que não podem cumprir porque dizem respeito à vida psíquica e privada de seus cidadãos

- o que, aliás, pode ser realizado com alto grau de sucesso pela propaganda do mercado de bens de consumo.

Se as regras do empoderamento das mulheres são, em grande medida, direcionadas pelo mercado, há horizonte de emancipação possível?

“Consumo, logo existo”: o reconhecimento como consumidora/mão-de-obra pode ser emancipatório?

Mesmo considerando todos os obstáculos apresentados no tópico anterior, é preciso perguntar se é possível a emancipação dentro desse cenário. Não me parece viável defender a destruição do capitalismo ou a derrubada da soberania do mercado de bens de consumo como a única solução para emancipar o sujeito *mulher*, não obstante haja vertentes do feminismo marxista nesse sentido ²²².

De fato, pelos dados e análises empreendidos até aqui mulheres não são emancipadas, apesar de alguns avanços, em decorrência da forma lacunosa como se deu o processo de sua constituição como sujeito de Direito. Porém, essa construção da subjetividade pela sociedade de consumo não é exclusiva das mulheres, pois também os homens também se encontram agrilhoados a ela, ainda que sob outros marcadores que relacionam gênero e consumo. O que se diferencia no caso das mulheres é que o desenvolvimento e o empoderamento econômico vêm sendo apresentados como justificativa para que seus direitos fossem reconhecidos. O Direito encontra limite no mercado porque as normas jurídicas acabam se orientando na direção do discurso econômico, e não jurídico.

Isso não significa que a constituição de instituições e textos normativos voltados ao reconhecimento do sujeito de Direito *mulher* no Direito Internacional dos Direitos Humanos não tenha representado ganhos, tais como a inegável importância simbólica de transformar a discriminação contra as mulheres em violação de Direitos Humanos, e de situar o debate (de ao menos uma vertente) do feminismo no campo jurídico, que é uma esfera relevante de produção de poder. Mas os sistemas

²²² Os movimentos feministas marxistas foram abordados no Capítulo 1 desta tese, no tópico "*Mulher-sujeito: um breve levantamento da história dos Direitos Humanos das mulheres e sua relação com a 2ª onda feminista.*"

internacionais de proteção aos Direitos Humanos das mulheres provavelmente jamais atingirão a finalidade emancipatória a que se pretendem. Porém essa constatação pode não ser um problema em si, e desnudar os verdadeiros objetivos que mobilizam as iniciativas institucionais pode ser estrategicamente mais interessante para melhorar as condições de vida das pessoas envolvidas.

Talvez mais útil e eficaz do que lutar para destruir "O Capitalismo" e "O Mercado" - categorias tão complexas quanto impalpáveis -, seja tomar consciência da existência e das engrenagens de funcionamento desses poderes, para refletir sobre quais as possibilidades de agência do indivíduo na estrutura. Tomemos brevemente aqui dois exemplos históricos para fomentar a reflexão.

A abolição da escravidão nas Américas no século XIX não se deu em razão de uma súbita conscientização dos agentes de poder no sentido de que negros também eram pessoas e por isso eram tão titulares de direitos quanto qualquer pessoa, merecendo - e precisando - de sua liberdade. Embora houvesse discursos de movimentos sociais abolicionistas e escritos de intelectuais nesse sentido, a decisão política de abolir a mão-de-obra escrava se pautou por uma série de fatores (inclusive de caráter econômico) presentes em um mundo em transformação. Não foi dada nenhuma (ou quase nenhuma) possibilidade de agência dentro dessa estrutura aos indivíduos recém alforriados, o que produziu os notórios problemas de exclusão socioeconômica da população afrodescendente nos países de experiência escravista. Todavia, a ausência de uma motivação verdadeiramente emancipatória na decisão de abolir a escravidão não impediu que, mais tarde, os movimentos sociais pelos direitos civis dos da população negra²²³ problematizassem e ressignificassem sua trajetória histórica, traduzindo-a em luta social por reconhecimento e empreendendo uma transformação social e cultural.

O outro exemplo pelo qual quero ilustrar meu argumento é o do desenvolvimento da pílula anticoncepcional nos anos 1960. Creio ser desnecessário argumentar que sua invenção pela indústria farmacêutica não se deu em nome da defesa da liberdade sexual da mulher, e sim por ter sido identificado um nicho de mercado consumidor para esse produto. Porém, nesse segundo caso, os movimentos feministas de 2ª onda já estavam em curso, além dos primeiros momentos da

²²³ Sobre a transformação social empreendida pelos movimentos civis da população negra nos Estados Unidos da América, ver "How war and the black civil rights movement changed America", capítulo introdutório de *The Minority Rights Revolution* (SKRENTNY, 2002, p. 1-20).

Revolução Sexual e dos Costumes, ambos fatores capazes de transformar mentalidades e conferir poder de agência a mulheres, que fizeram da pílula um instrumento para novas formas de conjugalidade, de crescimento profissional e educacional. Em outras palavras, mulheres puderam mudar de fato suas vidas a partir de um produto que foi lançado no mercado com a finalidade de dar lucro à indústria farmacêutica.

Tendo em mente esses dois exemplos, lanço nessas considerações finais uma provocação: não seria o momento de refletir sobre como traçar estratégias para tirar partido dos poderes atualmente hegemônicos, como o mercado, a propaganda, a indústria cultural e outros não integrantes dos sistemas jurídicos (tanto domésticos quanto internacionais) para modificar mentalidades pela promoção de ideias emancipatórias?

Para Lagasnerie, se a definição tradicional de economia até meados do século XX era descrita como o estudo dos mecanismos de produção e da circulação de mercadorias, atualmente nota-se uma redefinição desse marco: a economia passa a ser a ciência das escolhas racionais, e, portanto, adota o projeto de analisar o conjunto de todos os comportamentos humanos que passam a ser codificados como econômicos (2013, p. 147). Com isso, o neoliberalismo imprime análises em termos mercadológicos a realidades não mercadológicas (LAGASNERIE, 2013, p. 148). A conjuntura descrita por Lagasnerie permite afirmar que, atualmente, ser reconhecido como sujeito e como pessoa digna de estima social está intrinsecamente relacionado a ser reconhecido como consumidor. Não há dúvida quanto ao fato de que empresas tem como finalidade precípua vender seus produtos. Tornar a vida das pessoas melhor em decorrência de seu reconhecimento como pessoa e como sujeito é atribuição do Estado (em se considerando que direitos econômicos, sociais e culturais são direitos demandáveis juridicamente, ideia defendida por esta tese), porém: em um mundo em que é o poder econômico quem fala mais alto, talvez seja o caso de observar foucaultianamente que o poder mais uma vez se deslocou, dessa vez do campo do político e jurídico (inclusive internacional) para o campo do econômico, que reconhece pela via da estima social. A estima social permite o reconhecimento recíproco do “outro” como um consumidor tão valioso socialmente quanto (vale consignar aqui o quanto é frequente que a ascensão de classes mais pobres da população a bens e serviços antes quase que exclusivos de classes mais altas gere atritos no tecido social; trata-se de exemplo que permite verificar o quanto a estima social construída pelo

poder de consumo é relevante e conflituosa). Talvez essa estima social decorrente do status produzido pelo poder de consumo exerça hoje mais impacto (ou, no mínimo, um impacto equivalente) sobre a dimensão psíquica do indivíduo que reconhecimento jurídico. Em relação às mulheres, some-se o crescimento do feminismo na era da internet a partir da 2ª década do século XXI, fazendo com que a globalização seja potencializada pela comunicação on line, releitura da universalidade de valores e de suas possibilidades de disseminação. O processo de globalização também conta com propaganda para disseminar valores de estima social.

Dessa forma, se um programa social patrocinado por uma empresa transnacional de grande porte em um país pobre possibilitar a uma mulher alguma renda que permita uma pequena melhora no seu padrão de vida e acesso a elementos básicos como alimentação e educação de seus filhos, isso é, sem dúvida, preferível a não ter acesso a direito algum, ainda que esse acesso somente tenha sido possibilitado pelo interesse econômico da empresa patrocinadora. Porém, como colocado no Capítulo 4 desta tese²²⁴, sem questionar as condições pelas quais se dá essa inclusão das mulheres, e em que bases se propõe o desenvolvimento de seus países, há elevado risco de que esse acesso a um mínimo existencial seja apenas a contrapartida insuficiente decorrente da submissão a um tipo diverso de controle²²⁵.

Por isso é indispensável a construção do espírito crítico para um empoderamento real e não meramente uma melhora de um poder aquisitivo para consumo. Retornando à comparação com a população negra escravizada até o século XIX nas Américas, o fato de a abolição ter se dado em grande parte por motivos econômicos, se por um lado não trouxe igualdade material, não impediu que posteriormente se fortalecessem movimentos sociais de valorização e crítica desse contexto. Talvez com as mulheres possa ser pensado um processo no mesmo sentido, levando em consideração as muitas diferenças culturais, o que se concebe como vida boa em cada um dos lugares, e refletindo criticamente a respeito da participação intensa e ambígua das grandes empresas e do poder econômico nos sistemas de proteção internacional aos Direitos Humanos e o impacto dessa realidade nos processos de reconhecimento de sujeitos.

²²⁴ Ver tópico *A constituição do sujeito de Direito mulher à luz de Foucault*.

²²⁵ Para Axel Honneth, a esfera do consumo mediada pelo mercado carece de todas as precondições institucionais que poderiam convertê-la numa instituição social da liberdade social (2015, p. 420).

O reconhecimento de sujeitos pelo Direito não tem o condão de, isoladamente, modificar a dimensão psíquica dos indivíduos. Em outras palavras, sem o reconhecimento individual nas relações intersubjetivas e a transformação dos valores culturais vigentes que pautam os critérios de estima social em uma sociedade, a lei tem muito pouco poder. Em se tomando como exemplo as transformações sociais oriundas da Revolução Sexual e dos Costumes e dos feminismos dos anos 1970, constata-se que nem todas se deram pela via da alteração legal: foram os movimentos feministas, já em atuação em 1964, que empreenderam lutas sociais para que a Lei dos Direitos Civis nos EUA também contivesse previsão de não discriminar por sexo²²⁶, e, posteriormente, para que fosse elaborada a CEDAW. Mas as modificações nas formações familiares, tais como casamentos mais tardios, liberação sexual, redivisão do trabalho doméstico, questionamento da oficialização do casamento, entre outras, não foram feitas pela imposição de lei. São essas as mudanças concretas que impactam a dimensão psíquica individual, pois é por elas que as pessoas são afetadas em seu cotidiano. Porém, tais mudanças somente fazem sentido em um determinado contexto cultural. Por isso, ainda que a CEDAW fosse eficaz para modificar as vidas das mulheres, é possível que para muçulmanas a liberdade tenha outro sentido, assim como para as católicas de Malta e Mônaco, ou para comunidades das regiões autônomas das Ilhas Cook.

Aqui cabe mencionar novamente a articulação feita por Honneth entre a esfera da vida pública com a vida privada, pois talvez a real emancipação só aconteça neste contexto: o pessoal é político porque a conduta individual nas relações intersubjetivas é que deve ser alterada para que haja emancipação concreta, e somente então será possível reconhecer essa emancipação na esfera pública jurídica.

Mas o potencial para transformações dessa natureza se encontram em lugares diversos do Direito. Como já exposto no 1º capítulo desta tese²²⁷, Lynn Hunt (2009) tece uma análise a respeito da modificação de mentalidade e de percepção dos seres humanos em relação aos demais e a si mesmos que, para autora, é perceptível nas manifestações artísticas que surgirão a partir do século XVIII, tais como romances epistolares narrados em 1ª pessoa e retratos, trazendo ideias de autonomia e empatia que possibilitam ver no outro alguém com uma mente e uma vida interior análoga

²²⁶ Ver capítulo I desta tese, tópico "*Mulher-sujeito*: um breve levantamento da história dos Direitos Humanos das mulheres e sua relação com a 2ª onda feminista."

²²⁷ Ver tópico "*Pessoa*: a formação de uma categoria política".

àquela do observador. Embora para Hunt não seja fácil identificar de forma clara o processo pelo qual isso se deu (HUNT, 2009, p. 31), não sendo cabível estabelecer relações de causa e consequência entre movimentos artísticos e transformação política, ela identifica nessa modificação das manifestações artísticas e culturais um indício da transformação dos valores que informavam o pensamento então vigente, e que iriam resultar nas declarações de direitos e em toda a base do pensamento filosófico da Modernidade.

Retomo aqui a análise de Lynn Hunt que abre o primeiro capítulo desta pesquisa no intento de contribuir com a noção de que o Direito tem limites como agente de transformação social, ao passo em que outras esferas da vida social guardam potencial de transformações possivelmente mais profundas e duradouras - e, portanto, mais estratégicas para implementação dos princípios orientadores dos Direitos Humanos. É o que talvez mostrem personalidades como Malala Yousafzai, a estudante paquistanesa autora do blog²²⁸ que a tornou famosa como militante pelo direito das meninas à educação formal e prêmio Nobel da Paz em 2014; ou como a ecofeminista indiana Vandana Shiva²²⁹; bem como a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que ganhou notoriedade com sua palestra na plataforma TED intitulada *We should all be feminists*²³⁰ ou a cantora pop Beyoncé Knowles, que acrescentou o áudio da palestra de Chimimanda durante a execução de sua canção *Flawless*, enquanto trechos do texto da nigeriana projetados atrás da cantora, durante a premiação Video Music Awards da MTV em 2014²³¹. No Brasil, funkeiras cariocas geram a um só tempo repulsa da intelectualidade (ou de ao menos uma parte do setor) e intenso apelo popular, e vem tendo sua obra analisada por acadêmicos de diversas áreas (como Comunicação e Psicologia) como novas formas de manifestações feministas²³².

²²⁸ O blog de Malala era assinado com um pseudônimo e era originalmente disponibilizado pela BBC Urdu. Atualmente, o blog pode ser acessado em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7889120.stm . Acesso em dezembro de 2016.

²²⁹ A atuação de Vandana como militante ecofeminista pode ser acompanhada por seu site oficial, disponível em: <http://vandanashiva.com>. Acesso em dezembro de 2016.

²³⁰ Vídeo da palestra legendada em português disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h6XGd-wQVXQ> . Acesso em dezembro de 2016.

²³¹ O vídeo com a performance pode ser acessado em: <https://vimeo.com/127017886> . Acesso em dezembro de 2016.

²³² Sobre a leitura do funk carioca cantado por mulheres à luz do feminismo, ver: GRIPP, Phillipp; PIPPI, Joseline. O prazer feminino em discurso: uma análise da presença de ideais feministas em músicas do gênero funk. Artigo submetido ao GT11- Gênero, desigualdades e cidadania, do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología – ALAS Chile 2013; e BARTOLOMEU, Mauro Cesar;

Ainda que Malala hoje dê nome a um fundo que tem como financiadores empresas do porte dos estúdios *21st Century Fox* e de corporações internacionais como *Google*, *MasterCard Foundation*, *Microsoft*, *Nike Foundation*, entre outros²³³, ou que Chimimanda tenha criticado abertamente Beyoncé²³⁴ afirmando que, embora tenha autorizado a utilização de sua palestra pela cantora, que aquele não seria seu “tipo de feminismo”, ou ainda que haja setores do feminismo que veem de forma pejorativa o discurso apropriado pelas vozes das funkeiras cariocas, é fato que essas produções culturais podem inspirar novos comportamentos por identificação, produzindo sentimentos de autonomia e empatia com muito mais força que qualquer coerção pretensamente exercida pela norma jurídica.

Há ainda outras arenas onde essas transformações podem ocorrer: o campo da publicidade e da propaganda pode exercer um papel importante na desconstrução de estereótipos negativos de mulheres e homens²³⁵. É exemplo dessa possibilidade a conduta adotada pela Ambev, corporação internacional do ramo de bebidas e proprietária de marcas populares de cerveja no Brasil que, após se tornar signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da *UN Women* modificou sua abordagem de marketing. Aprender a usar a lógica de mercado em favor da emancipação das mulheres pode ser uma estratégia mais útil do que lutar pela sua destruição.

E, para além das esferas de indústria do entretenimento e do consumo em geral, a inclusão da perspectiva de gênero nos currículos escolares em todos os graus tem potencial de imensa contribuição na construção de um novo ambiente cultural, menos discriminatório e violento.

Se a militância em Direitos Humanos pretende mudar a vida das pessoas e empoderá-las para que se emancipem de fato de situações de injustiça, é tempo de reconhecer que se faz justiça além do universo do Direito.

PREVIDE, Mauri Cruz. O “fanque carioca” e a nova moral feminista. **Via Litterae** • Anápolis • v. 3, n. 2 • p. 491-500 • jul./dez. 2011 • www.unucseh.ueg.br/vialitterae.

²³³ Conforme disponibilizado pelo *site* do Malala Fund, disponível em: <https://www.malala.org/champions>. Acesso em dezembro de 2016.

²³⁴ Em entrevista originalmente concedida ao jornal holandês *Volksrant*, disponível em: <http://www.volkskrant.nl/boeken/ngozi-adichie-beyonce-s-feminism-isn-t-my-feminism~a4390684/>. Acesso em dezembro de 2016.

²³⁵ Reportagem sobre o caso disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1825432-marcas-de-cerveja-se-distanciam-do-estereotipo-da-mulher-de-biquini.shtml>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES, Virgílio Caixeta. “Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial”, in **Rev. Bras. Polít. Int.** 47 (1): 112-139 [2004].

ASSIS DE ALMEIDA, Guilherme. Conflitos interpessoais, constituição do sujeito de Direito e promoção dos direitos humanos. In: **Esferas da Justiça para Convivência: Constituição do Sujeito de Direito e Promoção dos Direitos Humanos**. São Paulo, Edição do Autor, 2011.

ATOYAN, Nona. The Ineffective Protections and Guarantees of Human Rights Conventions of Women and Children. **Whittier Journal of Child and Family Advocacy**, Vol. 12, Issue 1 (Fall 2012), pp. 105-128

BADINTER, Elisabeth. 1981. **Um amor conquistado - o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BARTOLOMEU, Mauro Cesar; PREVIDE, Mauri Cruz. O “fanque carioca” e a nova moral feminista. **Via Litterae**, Anápolis. v. 3, n. 2, p. 491-500, jul./dez. 2011. Disponível online em: www.unucseh.ueg.br/vialitterae .

BECCARIA, Cesare. 1764. **Dos Delitos e das Penas**. Bauru: EDIPRO, 2003.

BONNER, Anjali Sara. Muslim States’ Reservations to CEDAW and Possibilities for the Reconciliation of Shariah Law with International Women’s Rights Norms. **Hong Kong Journal of Legal Studies**, Vol. 3, pp. 27-48, 2009.

BUENGER, Michael L. Human Rights Conventions and Reservations: An Examination of a Critical Deficit in the Cedaw. **Buffalo Human Rights Law Review**, Vol. 20, pp. 67-90 (2013-2014)

BUTLER, Judith. 1991. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing gender**. Routledge, 2004.

CARDIA, Ana Cláudia Ruy. **Empresas, direitos humanos e gênero: desafios e perspectivas na proteção e na emancipação da mulher pelas empresas transnacionais** ' 17/11/2014 197 f. Mestrado (Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP, 2014.

CUBÍE, Juan Bautista. **Em defesa das mulheres das calúnias dos homens: com um catalogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas** (trad. Dafne Melo). São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MATOS, Maria Izilda. Introdução. In: CUBÍE, Juan Bautista. **Em defesa das mulheres das calúnias dos homens: com um catalogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas** (trad. Dafne Melo). São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CYFER, Ingrid. Feminismo, sexualidade e Justiça no debate entre Nancy Fraser e Judith Butler. **Anais do XV da Sociedade Brasileira de Sociologia**. GT 16:Novas Sociologias: pesquisas interseccionais. Curitiba, 2011.

DAVIS, Natalie Zemon. A mulher "na política". In: FARGE, Arlette e DAVIS, Natalie Lemon (direção). **História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 229 - 249.

DE PAUW, Marijke. Women's Rights: from bad to worse - Assessing the Evolution of Incompatible Reservations to the CEDAW Convention. Merkourios: **Utrecht Journal of International and European Law**, Vol. 29, Issue 77 (2013), pp. 51-65.

DREYFUS, Tom. The Half-Invention of Gender Identity in International Human Rights Law: From Cedar to the Yogyakarta Principles. **Australian Feminist Law Journal**, Vol. 37, pp. 33-50 (2012)

DUMMONT, Louis. 1966. **Homo hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, Michel. 1976/1984. **História da Sexualidade – vol. 1, 2 e 3**. São Paulo: Edições Graal, 2012.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In HIRATA, Helena et al (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 144-149.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In **Lua Nova**, São Paulo, 70: pp. 101-138, 2007.

_____. Heterosexism, Mirecognition, and Capitalism: A responsedo Judith Butler. In **Social Text**, Volume 0, Issue 52/53, Queer Transexions of Race, Nation and Gender (Autumn - Winter, 1997), pp. 279 – 289, 1997.

FREEMAN, Marsha; HALPERIN-KADDARI, Ruth. Blacklash goes global: Men's Groups, Patriarchal Family Policy, and the False Promise of Gender-Neutral Laws. **Canadian Journal of Women and the Law**, Vol. 28, Issue 1, pp. 182-210, 2016.

FRUGONI, Chiara. A mulher nas imagens, a mulher imaginada. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (direção). **História das Mulheres: A Idade Média**. Porto: Edições Afrontamento, p. 462 – 511, 1990.

GEERTZ, Clifford. Anti anti relativismo. In **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

GIERYCZ, Dorota. A educação em Direitos Humanos das Mulheres como veículo de mudança in **Série Direitos Humanos**, vol. V: Educação em direitos Humanos para o Século XXI (org. Richard P. Claude e George Andreopoulos). São Paulo: EDUSP, 2006.

GRIPP, Phillipp; PIPPI, Joseline. O prazer feminino em discurso: uma análise da presença de ideais feministas em músicas do gênero funk. Artigo submetido ao GT11- Gênero, desigualdades e cidadania, do **XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología – ALAS Chile 2013**.

HERNÁNDEZ-TRUYOL, Berta Esperanza. Unsex CEDAW? No! Super-Sex it!, 20 **Columbia Journal of Gender & Law**. 195, 2011.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HONNETH, Axel. **The Critique of Power**. Reflective Stages in a Critical Social Theory. (trans.Kenneth Baynes).Massachusetts: 1st MIT Press ed., 1991.

_____. 1992. **Luta por Reconhecimento**: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. 2014. **Direito de Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HUNT, Lynn. 2007. **A invenção dos Direitos Humanos - uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JOAS, Hans. **A Sacralidade da Pessoa** - Nova Genealogia dos Direitos Humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

LAGASNERIE, Geoffroy de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAQUEUR, Thomas. 1990. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. [1952] "Raça e História", in **Os Pensadores**, vol. L, São Paulo,:Abril Cultural, 1978.

MAHALINGAM, Ravi. Women's Rights and the War on Terror: Why the United States Should View the Ratification of CEDAW as an Important Step in the Conflict with Militant Islamic Fundamentalism. **California Western International Law Journal**, Vol. 34, Issue 2 (Spring 2004), pp. 171-210

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In HIRATA, Helena et al (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 35 - 39

MAUSS, Marcel. 1938. Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de 'eu' in **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MEAD, Margaret. 1935. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

NABESHIMA, Yuri Kuroda. **A discriminação da mulher no mercado de trabalho** - estudo comparado da legislação do Brasil e Japão' 16/05/2014 189 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo., São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, 2014.

NOBRE, Marcos. Introdução e Modelos de Teoria Crítica . In NOBRE, Marcos (org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. São Paulo: Papirus Editora, 2011.

PRUITT, Lisa R., Deconstructing CEDAW's Article 14: Naming and Explaining Rural Difference, 17 Wm. & Mary J. **Women & L.** 347 (2011), <http://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol17/iss2/4>

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, abril-2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>. Acesso em julho de 2013.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: Leila Algranti (org.) **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 7-42.

PINTO, Célia Regina Jardim, Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PIOVESAN, Flávia. 1996. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RICOEUR, Paul *Quem é o Sujeito de Direito?* in *O Justo: a justiça como regra moral e como instituição*” São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

RIDDLE, Jennifer. *Making CEDAW Universal: A Critique of CEDAW's Reservation Regime under Article 28 and the Effectiveness of the Reporting Process*. The George Washington International Law Review, Vol. 34, nº 03, January, 2002.

ROSENBAUM, Darren. Unsex CEDAW, or What's Wong with Women's Rights. 20 Columbia Journal of Gender & Law. 98 (2011)

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo* (trad. Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Corrêa). Recife: Edição S.O.S. Corpo, 1994.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKRENTNY, John David. **The Minority Rights Revolution**. The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.

STOCZKOWSKI, Wiktor. Claude Lévi-Strauss and UNESCO. In **UNESCO Courier**. Paris, nº 05, p. 05 - 09, 2008.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (2): 264, maio-agosto, 2004.

SUPIOT, Alain. 2005. **Homo Juridicus - Ensaio sobre a função antropológica do Direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

VELÁZQUEZ BORGES, Sudis María. Las Reservas a la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer. **Revista de la**

Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, Dez 2011, Volume 41 Nº 115 Páginas 427 - 449

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012

WEBER, Max. 1920. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERLE, Denilson Luis e MELO, Rúrion Soares Reconhecimento e Justiça na Teoria Crítica da Sociedade em Axel Honneth p.183 a 198. In: NOBRE, Marcos (organizador) **Curso Livre de Teoria Crítica** São Paulo: Papirus Editora, 2011.

Documentos utilizados

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html> . Acesso em dezembro de 2016.

Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã. 1791. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> . Acesso em dezembro de 2016.

MALTA. **Constitution of Malta** (english version). Disponível em: <http://www.parlament.mt/constituion-of-malta?l=1> . Acesso em outubro de 2016.

MÔNACO. **Constitution de la principauté de Monaco**. Disponível em: <http://www.gouv.mc/Gouvernement-et-Institutions/Les-Institutions/La-Constitution-de-la-Principaute> . Acesso em outubro de 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> . 1948. Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. 1968. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Prevenção-contra-a-Discriminação-e-Proteção-das-Minorias/convencao-internacional-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-racial-1968.html> . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Resolução AG 3010 (XXVII)** de 18 de dezembro de 1972. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml> . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Resolução AG 3276 (XXXIX)** de 18 de setembro de 1972, itens 1 e 2. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml> . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Resolução AG 34/180** de 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a34r180.htm> . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.** 1979. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-da-Mulher/convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher.html> . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 1989. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crianca/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.html> . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Plataforma de Ação de Beijing.** 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Pacto Global da ONU.** 2000. Disponível em: <http://portuguese.weprinciples.org/Site/Ungc/> . Acesso em maio de 2016.

_____. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência.** 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Relatório A/64/588** do Secretariado-Geral da ONU. 2010. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/64/588 . Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Short Story of Comission on Status of Women.** S.d. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf> . Acesso em abril de 2016.

_____. **Resoluções 45/264, 46/235 e 48/162 da Assembléia Geral.** Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml> .Acesso em dezembro de 2016.

_____. **Princípios de Empoderamento das Mulheres.** Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_weps.pdf . Acesso em maio de 2016.

PNUD. **Relatório Índice de Desigualdade de Gênero 2015.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH . Acesso em julho de 2016.

VÍRGÍNIA. **Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia.** 1776. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html> . Acesso em dezembro de 2016.

Sites acessados

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **We should all be feminists.** TEDxTalk. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h6XGd-wQVXQ> . Acesso em dezembro de 2016.

CEDAW **Committe.** Disponível em: <http://www.ohchr.org/en/hrbodies/cedaw/pages/cedawindex.aspx> . Acesso em abril de 2016.

Human Rights Risk Map: <https://maplecroft.com/portfolio/new-analysis/2013/12/04/70-increase-countries-identified-extreme-risk-human-rights-2008-bhuman-rights-risk-atlas-2014b/>. Acesso em julho de 2016.

KIENE, Aimée. Ngozi Adichie: Beyoncé's feminism isn't my feminism. **Volksrant**, 07/oct/2016. Disponível em: <http://www.volkskrant.nl/boeken/ngozi-adichie-beyonce-s-feminism-isn-t-my-feminism~a4390684/>. Acesso em dezembro de 2016.

KNOWLES, Beyoncé. **Flawless** (live performance at MTV Video Music Award 2014). Disponível em: <https://vimeo.com/127017886> . Acesso em dezembro de 2016.

Malala Fund, disponível em: <https://www.malala.org/champions> . Acesso em dezembro de 2016.

MENA, Fernanda. Marcas de cerveja se distanciam do estereótipo da mulher de biquíni. **Folha de São Paulo**, 23 de outubro de 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1825432-marcas-de-cerveja-se-distanciam-do-estereotipo-da-mulher-de-biquini.shtml>. Acesso em dezembro de 2016.

ONU Mulheres. **ONU Mulheres Brasil**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/> . Acesso em maio de 2016.

ONU. A Questão Palestina nas Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/palestina/contexto/> . Acesso em outubro de 2016.

SHIVA, Vandana. Disponível em: <http://vandanashiva.com>. Acesso em dezembro de 2016.

The White House. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/1600/presidents/franklindroosevelt> . Acesso em abril de 2016.

United Nations Treaty Collection. Disponível em: <https://treaties.un.org/Home.aspx?lang=en> . Acesso em agosto de 2016.

UNWOMEN. UNWomen. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en>. Acesso em abril de 2016.

Women's Rights Country by Country Interactive. Disponível em: <http://www.theguardian.com/global-development/ng-interactive/2014/feb/04/womens-rights-country-by-country-interactive> Acesso em julho de 2016.

Women Watch Beijing. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/beijing15/> . Acesso em maio de 2016.

YOUSAZFAI, Malala. Diary of a Pakistani schoolgirl. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7889120.stm . Acesso em dezembro de 2016.

s.a. Bandeira palestina é hasteada na ONU pela 1ª vez. **Portal G1**. (da France Presse). Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/bandeira-palestina-e-hasteada-na-onu-pela-primeira-vez.html> . Acesso em novembro de 2016.

ANEXO 1

Período	Fatos marcadores	Contexto político, social e cultural	Características das demandas de direitos das mulheres	Instituições criadas no período	Tratados do sistema ONU referentes às mulheres
1945 - 1948	Fundação da ONU e Declaração Universal dos Direitos Humanos	Final da 2ª Guerra Mundial; reorganização da ordem mundial a partir dos valores socioculturais dos países vitoriosos no conflito.	Demanda geral de universalização decorrente do contexto pós-Holocausto.	Comission on status of Women (1946)	
1948 - 1975	Aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e declarado Ano Internacional da Mulher	Revolução sexual e dos costumes; crescimento do movimento feminista de 2ª onda; processo de descolonização dos países da África e da Ásia, que passam a integrar a ONU	Reconhecimento de vulnerabilidades específicas em tratados (direitos políticos, nacionalidade da mulher independente da nacionalidade do marido, vedação ao casamento forçado)		<ul style="list-style-type: none"> - Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres (1952) - Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas (1957) - Convenção sobre a Idade Mínima para Consentimento no Casamento (1964)
1975 - 1995	Conferência Mundial das Mulheres (Cidade do México) e Conferência de Beijing	Novas conferências mundiais sobre as mulheres (em Copenhague, Dinamarca em 1980, e Nairóbi, Quênia, em 1985); fim da Guerra Fria	Delineamento do sujeito de Direito <i>mulher</i> por meio da adoção da Convenção (1979); emergência da preocupação com o desenvolvimento econômico no discurso institucional sobre o reconhecimento dos direitos das mulheres.	Comitê da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	- Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979)
A partir de 1995	Conferência de Beijing em diante	Reorganização da ordem mundial após o fim da Guerra Fria; conflitos armados com países do Oriente Médio; estigmatização de valores associados ao islamismo; disseminação de informação <i>on line</i> como instrumento de universalização de direitos e de valores culturais.	Persistência do discurso do desenvolvimento econômico, que se torna o objetivo justificador da emancipação das mulheres.	Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW), Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, absorvidas pela UN Women (2010)	

[illegible]